

Escolas ou vitrines?

OSVALDO NAKAO

As mudanças anunciadas pelo governo do Estado de São Paulo, ao lançar seu programa de reformas na educação, incluem também uma pretensa melhoria das construções dos prédios escolares.

Fala-se em projetos encomendados a notáveis da nossa arquitetura para resgatar a boa qualidade das edificações de ensino. Fala-se em soluções diferenciadas, em multiplicidade de propostas, em sofisticação e numa utilização de materiais mais nobres.

Sim, deve-se aplaudir toda e qualquer tentativa de revitalizar espaços esquecidos. Na educação, deve-se louvar toda e qualquer intenção de renovar o seu espírito e a sua alma, que são os alunos e os professores, mas também se deve fortalecer o seu corpo e o seu coração, que são as instalações físicas.

Com a urbanização acelerada e o fim da elitização do ensino básico e intermediário nestas últimas quatro décadas, as proposições arquitetônicas para as escolas oscilaram principalmente entre as muito individualizadas e outras, cegamente padronizadas, indo de nenhuma a total modulação.



A normatização dos elementos construtivos na forma, nos materiais e nas dimensões ainda não atingiu em nosso país os níveis ideais, mas descartar a sua importância seria não reconhecer as viabilidades técnica, artística e econômica obtidas no Primeiro Mundo.

É claro que devem ser apoiadas as iniciativas que procuram vencer a inércia, inovando e criando, mas não se deve usar todos os recursos de um plano de investimentos do porte deste que o Estado realiza na procura de uma solução criativa e inovadora que certamente não surge do nada.

Estará sempre lastreada no conhecimento acumulado criticamente ao longo do tempo, portanto não se deve crucificar os que procuram planejar o futuro sem esquecer os erros do passado.

E se nesse passado é possível distinguir concepções acertadas, também se notam altos custos na execução, além de uma manutenção complicada e onerosa em muitas das obras públicas de grande visibilidade.

Empreendimentos que não são concebidos e detalhados no devido tempo levam a decisões equivocadas, espremidas por prazos absurdos e sujeitas aos espasmos de muitas idéias que não se reciclam.

A má qualidade dos projetos, a ineficácia no gerenciamento das construções e a falta de compromisso de alguns projetistas com o

custo geram obras caras, de execução demorada e de manutenção proibitiva.

São muitos os projetos de edificações destinados ao ensino e à pesquisa que pecam por implantações equivocadas, por movimentos de terra desnecessários, pelo excessivo volume de concreto, pelo exagero das áreas de circulação e vãos livres inúteis, pela proposição de estruturas assimétricas irracionais que ignoram o prático e o bom.

Não se podem esquecer essas lições. Não se pode esquecer a simplicidade do lápis, do fósforo, das construções modulares. Não se pode esquecer o estilo, o desenho, o perfil consagrado pelo uso.

Não se pode transformar as escolas públicas do ensino de primeiro e segundo graus em vitrines, em esculturas, em sonhos. Não se podem esquecer as lições dadas pelos dez milhões de metros quadrados de construção hoje existentes.

Não se pode impingir aos seis milhões de alunos e aos 200 mil professores soluções diferenciadas, múltiplas, nobres, porém inadequadas.

Que os US\$ 100 milhões conseguidos do Banco Mundial possam trazer ao povo de São Paulo bem mais que prêmios de arquitetura ou matérias em revistas especializadas!

■ Osvaldo Nakao, engenheiro civil, é professor da Escola Politécnica da USP